

# para Fernando de Noronha

Uma das formas de "passar a boiada" na questão ambiental é autorizar leilões de petróleo e gás em áreas estratégicas para o equilíbrio ecológico e conservação da biodiversidade como se fossem mais do mesmo, licitações corriqueiras, para as quais um carimbo conjunto do Ministério das Minas e Energia e Conselho Nacional de Política Energética resolve a questão. O CNPE não viu "condições impeditivas" para que fossem incluídas na 17ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, amanhã, a Bacia Potiguar, que inclui o Atol das Rocas e o Arquipélago de Fernando de Noronha, considerados pela ONU patrimônios da humanidade. Por sua exuberância natural e papel decisivo na manutenção de uma fantástica fauna e flora marinhas, não deveriam ficar expostas a riscos óbvios. O governo de Jair Bolsonaro, porém, é um ativo destruidor do ambiente.

Com o petróleo em contagem regressiva para deixar de ser uma das principais fontes de energia do planeta, o cuidado com seus efeitos predatórios não deveria ser relaxado, mas no Brasil é o que acontece. O governo brasileiro, mais preocupado em arrecadar recursos com outorgas, royalties e impostos, nunca teve qualquer preocupação com a agenda ambiental. A Amazônia já entrou na rota dos leilões de petróleo e gás, assim como a região de Abrolhos. Agora foram incluídos os magníficos santuários do Atol das Rocas e Fernando de Noronha.

Depois do desmonte da legislação, da estrutura e dos quadros dos órgãos de vigilância e fiscalização ambiental, não há obstáculos internos relevantes para que a liquidação do meio ambiente em curso seja interrompida. A Amazônia segue em chamas, o Cerrado está sendo mais intensamente destruído, a Mata Atlântica corre risco com as indagações do Ministério da Economia ao do Ambiente. Tudo isso ocorre a apenas um mês da COP-26, a conferência mundial do clima, na qual os representantes oficiais brasileiros irão dizer no exterior o contrário do que fazem todos os dias no país.

Antes de chegar ao Planalto, Jair Bolsonaro foi multado por pesca irregular em Angra dos Reis, e o fiscal que o atuou foi punido quando o presidente assumiu, por Ricardo Salles, seu ajudante de ordens no Ministério do Meio

Ambiente, que praticamente destruiu. Para o presidente, ambiente é uma inútil paisagem sem a presença de multidão de turistas.

Há 61 espécies ameaçadas de extinção na bacia Potiguar e 23% criticamente em perigo, entre elas a baleia azul, o maior animal do mundo. Se o leilão for realizado, elas correrão ainda mais riscos. O mais evidente, o do vazamento de óleo — o atol e o arquipélago estão a 260 e 370 quilômetros, respectivamente, dos locais de exploração. Atividades sísmicas na enorme rede submersa de montanhas são perturbadoras para a reprodução da fauna marinha, assim como, de acordo com o alerta de ambientalistas, a presença de espécies exóticas invasoras nos cascos dos navios e nas plataformas de petróleo, que agem como as pragas na destruição das lavouras.

Dar um sinal verde para exploração perto de áreas de gigantesco valor ambiental apenas explicita um vislumbre estreito de burocratas ou ignorância das externalidades que a exploração petrolífera causará — a esta altura do conhecimento humano, hipóteses gloriosas. Antes de licitação em regiões com este valor ambiental seria necessário obter a Avaliação Ambiental de Áreas Sedimentares, que pode, porém, ser substituída por uma avaliação conjunta do MME e do Meio Ambiente. Não parece ter sido o caso. O ICMBio qualificou de "temerária" a oferta dos blocos.

Como em boa parte dos casos, não há licenciamento ambiental prévio e o padrão "leiloar antes e licitar depois" joga toda a pressão sobre os órgãos ambientais, como disse Izabella Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente ao Valor (4-10). No atual governo, quadros técnicos foram preteridos, os órgãos responsáveis aparelhados por fanáticos e/ou ignorantes, e o presidente dificilmente será contrariado em seus pedidos, por mais que sejam absurdos.

Restam dois caminhos. O primeiro, o da Justiça, já acionado. O outro é a pressão de acionistas. Há 9 petroleiras inscritas, gigantes como Shell, Total e Chevron, que dizem rezar pela cartilha ESG (governança, ambiente e sociedade). Estarão descumprindo esses princípios ao se associar a uma investida que tão claramente pode causar danos ambientais inestimáveis e irreversíveis. Se os cumprissem à risca, ficariam fora dessa disputa.



Áreas como Fernando de Noronha e Atol das Rocas devem ficar fora da disputa. Por *Pedro Passos e outros*

## Leilões do petróleo põem em risco patrimônios ambientais

O Brasil ainda não desistiu de uma importância para a necessidade de proteger as zonas costeiras e marinhas. Seguimos na contramão do mundo ao incluir na 17ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) áreas sensíveis e de enorme valor ambiental como Fernando de Noronha e Atol das Rocas. A inclusão de blocos das bacias Potiguar (RN e CE) e Pelotas (RS e SC), permitindo a exploração petrolífera nessas áreas, é descabida diante da ameaça ao ambiente marinho, do impacto às atividades pesqueiras e turísticas e do alto risco de vazamentos, acidentes e danos socioambientais.

O oceano é nossa primeira linha de defesa frente aos impactos do aquecimento global. Áreas de conservação marinha, parques, monumentos naturais e santuários como esses devem ser excluídos permanentemente de rodadas de licitações de exploração de petróleo e gás. A atividade petrolífera é de alto risco para os ecossistemas e, por isso, vedada em regiões de interesse ambiental — como a Antártida e o Alasca. Além disso, neste momento de emergência climática, investir em novas explorações de combustíveis fósseis é persistir em um modelo de negócios prestes a se aposentar.

A influência humana sobre as mudanças climáticas é irreversível, como colocado pelo sexto re-

portamento público que já reúne 1.564.328 pessoas na campanha SOS Litoral de Santa Catarina e Mar Sem Petróleo e mais 436.128 pessoas no movimento Salve Noronha e Salve a Baleia Azul.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou fragilidades na análise ambiental, feita em caráter preliminar pelos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, sobre os blocos exploratórios de petróleo incluídos no edital. O TCU fez ressalvas à análise preliminar e menciona trechos da manifestação técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que classifica como "temerária" a oferta de blocos afetos às duas áreas de preservação na concorrência.

### Áreas de conservação marinha como essas devem ser excluídas permanentemente de rodadas de licitações

Essa diversidade de feições interage com as correntes marinhas e formam ambientes mais ricos em nutrientes e que permitem o desenvolvimento de ecossistemas bastante especiais. Mesmo antes das expedições científicas mais recentes que ampliaram o conhecimento sobre essas áreas, toda a região já havia sido reconhecida como Área Marinha Ecologicamente Significativa pela Convenção da Diversidade Biológica, tratado multilateral no âmbito das Nações Unidas.

As correntes marinhas superficiais e subsuperficiais promovem uma conexão ecológica entre todos esses bancos submersos, incluindo o Atol das Rocas e o Arquipélago de Fernando de Noronha. Essa conectividade aumenta o valor ecológico dessas áreas e traz mais preocupações frente a um possível acidente com petróleo na região, uma vez que a dispersão do óleo pode atingir diversos locais sensíveis em pouco tempo.

A inclusão dessas áreas no leilão demonstra que as características naturais e os riscos não foram devidamente considerados — reforçando a necessidade de maior rigor prévio nos critérios como denunciado por especialistas. A análise ambiental não deve se dar após o leilão, pois isso é como no dito popular "colocar a carroça na frente dos bois".

A falta de análises criteriosas gera insegurança jurídica e afasta empresas comprometidas

#### Secretário Adjunto de Redação

Orlando Benício

orlando.benicio@valor.com.br

#### Editor executivo de Opinião

José Roberto Campos

joserober@valor.com.br

#### Editor executivo

Calvinne Vivez

calvinne.vivez@valor.com.br

#### Editor executivo

Robson Borges

robsonborges@valor.com.br

#### Sergio Laranjeira

sergiolaranjeira@valor.com.br

#### Zélio Dória

zeelio.doria@valor.com.br

#### Chefe de Redação no Brasil

Fernando Cerqueira

fernando.cerqueira@valor.com.br

#### Chefe de Redação no Rio

#### Adriano

adriano@valor.com.br

#### Laércio Pinó

lario@valor.com.br

#### Marcelo Cristiano Fernandes

marcelofernandes@valor.com.br

#### Maílton

mailton@valor.com.br

#### Marcelo Soares

marcelo@valor.com.br

#### Editor de Brasil

Marcelo de Sá

marcelo@valor.com.br

#### Editor de Política

Cláudio

claudio@valor.com.br

#### Editor de Internacional

Marcelo Soares

marcelo@valor.com.br

#### Editor de Tecnologia e Consumo

#### Editor de Finanças

Cláudio

claudio@valor.com.br

#### Editor de S.A.

Nelson Neres

neres@valor.com.br

#### Editor de Comércio

João Carlos

joao@valor.com.br

#### Editor de Opinião

Marcelo de Sá

marcelo@valor.com.br

#### Editor de Legislação & Tributos

Arthur Carlos

arthur@valor.com.br

#### Editor de Artes/ Fotografia

Cláudio

claudio@valor.com.br

#### Editor Valor Diário

#### Editor de Projetos Especiais

Cláudio

claudio@valor.com.br

#### Tereza Regina Alves

terezaregina@valor.com.br

#### Correspondentes internacionais

André

andre@valor.com.br

#### Correspondentes nacionais

Cláudio

claudio@valor.com.br

Marcelo de Sá

marcelo@valor.com.br

#### VALOR INVESTE

Editor

Fernando

fernando@valor.com.br

#### PIPELINE